

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.000.652 - SP
(2016/0273073-6)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : MARIO BORTOLOTI
EMBARGANTE : JOSE CARLOS REIS
ADVOGADOS : GUSTAVO SCUDELER NEGRATO - SP183397
LEONARDO SCUDELER NEGRATO E OUTRO(S) - SP221412
EMBARGADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : FÁBIO LIMA QUINTAS - DF017721
LUIZ CARLOS STURZENEGGER - DF001942
INTERES. : MAGENTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MARIO BORTOLOTI e JOSE CARLOS REIS em face da decisão à fl. 1071 e-STJ, de lavra deste signatário, em que se determinou o retorno dos autos à origem para aplicação da sistemática dos precedentes qualificados.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 1074-1077 e-STJ) os embargantes alegaram que os recursos extremos interpostos pela instituição financeira têm natureza protelatória e apenas demandam reexame de provas, providência vedada nas instâncias superiores.

Sem impugnação.

É o relatório.

1. Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada. Nesse sentido, citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, os embargantes não apontaram com precisão qualquer vício na decisão impugnada, limitando-se a demonstrar seu inconformismo com o sobrestamento do feito. Razão não lhes assiste, portanto.

Cumpre, inicialmente, destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o recurso sobrestado na forma dos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC/73 (**atual art. 1040 e seguintes do CPC/15**) não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, **razão pela qual é irrecurável**. Nesse diapasão: **AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG**, Rel. Ministro Og Fernandes, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2017; **AgInt no REsp 1.666.877/SE**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, TERCEIRA TURMA, DJe 04/09/2017; e **AgInt no AREsp 920.593/RJ**, Rel. Ministra Regina Helena Costa, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/08/2017, dentre outros.

No caso em tela, conforme exposto na decisão embargada, o ora embargado

discutia a inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre depósitos judiciais, tema cuja repercussão geral foi reconhecida nos autos no RE 1.141.156/RJ, exigindo, portanto, o sobrestamento do feito, na origem, para que, após o julgamento do referido precedente qualificado, seja aplicada a sistemática prevista nos art. 1.040 e 1.041 do CPC/15.

Assim, uma vez que o *decisum* impugnado encontra-se devida e suficientemente fundamentado, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

2. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

